

A NOVA ECONOMIA DAS REDES SOLIDÁRIAS¹

Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes²

Os primeiros agrupamentos humanos na terra, em geral, eram nômades e detinham uma forma muito rudimentar de atividade econômica. Não conheciam quaisquer intervenções de instrumentos monetários, realizavam trocas diretas conhecidas como escambo.

Na primeira revolução agrícola, estes relacionamentos foram bastante alterados. Vigorava a partir de então a agricultura organizada, a domesticação de animais e a forma sedentarista de vida. Foram sendo produzidos instrumentos de trabalho e utensílios através de outras formas de produção e de novos padrões de vida. A especialização e a divisão do trabalho se manifestavam através da forma de trabalho, ainda que em termos muito primitivos. Neste momento as trocas não eram mais atividades marginais, tornaram-se gradativamente fundamentais para o desenvolvimento e para a própria reprodução da vida. Dito isto, a mútua coincidência de desejos, dada a grande diversificação de bens e serviços, tornou-se relativamente difícil, passando a determinar a existência de pagamentos indiretos. Alguns produtos amplamente aceitos como pagamento das atividades econômicas passaram a se configurar com o conceito de moeda, passando também a atuar como medida de valor, e, aos poucos, todos os demais bens e serviços ofertados passaram a se constituir em produtos-padrão de medida. Vale lembrar que neste momento o objeto ou produto convencionalmente aceito por todos integrantes da comunidade adquire tanto a função de intermediária de trocas como de reserva de valor.

Nos dias atuais não é difícil observar o desenvolvimento da moeda, do comércio e de todo o sistema financeiro. É ainda mais difícil imaginar o funcionamento de um sistema em que não existam instrumentos monetários, embora seja “lamentável que tenham sido desfeitas as fronteiras entre moeda, finanças e capital, fazendo com que as políticas monetárias tenham se transformado em uma competição de todos contra todos em busca de mercado e riqueza”. (Fiori, 1997: 141)

Apesar deste cenário, temos notícia de que várias comunidades no mundo hoje participam de projetos alternativos, autogestionários, cooperativos, de gestão participativa popular de economia, redes de comércio justo (*fair trade*), de consumo ético, de responsabilidade social etc. Chamam-na de economia solidária, economias populares, economia da solidariedade etc. No entanto, aqui chamaremos de socioeconomia solidária, não por tê-la como distinta dos demais processos, mas sim por acharmos que esta expressão detém uma conotação mais ampla. Dentre suas diversas maneiras de expressar o surgimento e fortalecimento da socioeconomia solidária, encontramos aquela que resgata os conceitos primitivos da moeda, procurando moldá-la com mais afinidade aos anseios da população que o utiliza. É nos espaços das Redes de Trocas Solidárias onde as moedas sociais são instrumentos dessa nova economia. Convém citar o austro-alemão Silvio Gesell (1862 – 1930) que idealizou um “mercado sem capitalismo” o qual defendia a idéia de se “oxidar a moeda”, estimulando a circulação do dinheiro, através de taxas de juros negativas e fortalecendo, conseqüentemente, a economia local. Suas idéias principais a respeito do tema, consideradas impraticáveis por muitos economistas de sua época, estão descritas na obra “A Ordem Econômica Natural”, e foram colocadas em prática na Áustria, França, Alemanha, Espanha, Suíça e nos Estados Unidos (Trueque, 1999).

Como vimos, não se trata de nada inovador. As trocas desde os tempos primitivos foram praticadas entre os homens e mulheres, assim como qualquer pessoa já fez alguma troca em sua vida, seja entre familiares, amigos ou mesmo desconhecido que depositem algum grau de confiança. O cerne da questão colocada é que a moeda foi recriada nestes espaços que aqui descrevemos com a incorporação da moeda com função social.

Nestes grupos o escambo é atividade comum para se obter produtos, serviços e conhecimento entre os membros, mas também se intermedia as trocas com uma moeda, vale, ou bônus regional, os quais são aceitos apenas naqueles meios.

¹ Texto publicado no Jornal de Economistas do Estado do Rio de Janeiro. Set/2001.

² Economista, com especialização em Pol. Púb. e Gov./IUPERJ, mestranda em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura/UFRJ. PACS - Políticas Alternativas do Cone Sul

Foi nos momentos de recessão econômica deste século que os principais casos de moeda alternativa apareceram. Na Europa e nos Estados Unidos, nas décadas de 20 e 30, destacamos teorias monetárias relacionadas com a oxidação de moeda e com a política de juros negativos, trabalhado por Gessel. Casos britânicos e franceses datados do século XIX foram copiados para os EUA, durante a Grande Depressão quando um milhão de americanos se agrupavam em rede de trocas e não repudiavam o dólar super inflacionado.

Mas é a partir da década de 80 que surge uma gama significativa de moedas paralelas às nacionais, que atuam de forma complementar ao sistema. Algumas delas apresentam notadamente casos em que o próprio Estado é o emissor, sendo entendidas aqui como estratégia do sistema visando facilitar transações de bens, serviços e outras atividades comerciais.

Em Vancouver no Canadá, sabe-se que o primeiro grupo de trocas solidárias surgiu em 1983, com o núcleo *LETS (Local Exchange Trading System)* quando a comunidade local sofria com a recessão da indústria madeireira. Naquele momento quando os maiores empregadores desapareceram e o poder aquisitivo da região caiu, houve incentivo para se inventar um sistema de trocas para alimentar os níveis anteriores de qualidade de vida.

Atualmente temos notícia da existência de várias experiências com moeda social que surgiram de maneira independente e autônoma. Aos poucos é que se integram em redes e seminários com a ajuda a Internet. Em Santiago do Chile de 18 a 20 de abril do ano corrente foi realizado um encontro internacional de redes de trocas solidárias promovido pelo Polo de Socioeconomia Solidária, www.socioeco.org, fórum mundial que discute este e outros afins.

Citamos experiências de trocas com uso de moedas sociais na Argentina, Austrália, Japão, Estados Unidos, França (Paris, Yvelines, Périgeux e Vernier), Inglaterra, Bélgica (SodexhoPass), País Basco (em Zarauz), Holanda, Tailândia (Bia Kud Chum), Bolívia, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Honduras, El Salvador, Chile (Santiago e Val Paraíso), Bogotá, México. No Brasil temos experiências em São Paulo (moeda é o bônus), Rio de Janeiro (Tupi, Mirins e os Zumbis e os Curumins), Fortaleza (Palmares é a moeda do bairro que tem o mesmo nome), Goiás (Cristal e Prismas são as unidades e os centavos de Alto Paraíso, respectivamente), Florianópolis (moeda é a ecosol) e Porto Alegre (Tches e Arco-Íris são as duas moedas locais).

Destacamos que na Argentina há cinco anos várias províncias já têm suas redes e suas moedas, formando um total de 80 grupos. Calcula-se que mais de 500 mil pessoas já se cadastraram neste país, movimentando cerca de US\$2 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano. Até impostos e pensões alimentícias são pagos em moeda social. Em mais de dez municípios se observa alianças e parcerias com os governos locais e as redes de trocas, inclusive na capital argentina. No país de Maradona, não se pretendia criar a moeda inicialmente, utilizava-se uma caderneta para apontar as trocas, mas com o crescimento e desenvolvimento dos grupos acabou-se de usando os vales. As redes argentinas foram em 20 de dezembro de 2000 declaradas de interesse nacional. Um relevante dado na experiência da Argentina é que já se tem notícia de pessoas que vivem e consomem 100% de suas necessidades nas redes. Ao contrário do que acontece nos demais grupos que conhecemos onde o percentual é menor mas que também nestes já se “economiza” na moeda corrente nacional na medida em que parte de suas demandas são satisfeitas internamente nas trocas.

Cabe ainda destacar a experiência francesa a qual não tem moeda, apenas um sistema de cálculo individual por grupo, este tipo de trocas é distinto do LETS abordado acima, sendo esse conhecido por SEL (*Systèmes d’Echange Local*) e originado oficialmente em 1994. Calcula-se que mais de 60 mil pessoas integram os grupos solidários em questão, tanto no meio campesino quanto no urbano.

No Rio de Janeiro, registramos o nascimento da primeira Rede de Trocas em novembro de 1999. Deste então já foram impulsionadas outras três no Estado. A Carta de Princípios do primeiro grupo existente no Rio de Janeiro mostra bem o direcionamento e a postura das atividades de trocas como um todo. Dito isto convém aqui apresentar as mais intrigantes delas:

1. *Nossa realização como seres humanos não precisa estar condicionada pelo dinheiro;*
2. *Nosso primeiro objetivo é ajudar-nos mutuamente a alcançar um sentido de vida superior, através do trabalho, do conhecimento e do intercâmbio justo fundado na confiança. A promoção de bens e serviços é apenas um meio para isto;*
3. *Estamos convencidos de que é possível substituir a competição estéril, o lucro e a especulação pela cooperação, a reciprocidade e a solidariedade entre as pessoas;*
4. *É importante que nossos atos, produtos e serviços respondam muito mais às normas éticas e ecológicas do que aos ditames do mercado capitalista, ao consumismo e à busca de ganhos de curto prazo;*
5. *Concebemos o progresso como consequência do bem estar sustentável, solidário e responsável da totalidade das pessoas que compõem a sociedade.*

Notadamente, a maneira pela qual são determinadas as políticas e as relações em tais espaços é demasiadamente distinta entre os diversos países, culturas, grupos e redes em que são praticados. Em alguns deles é o grupo que decide quanto de moeda deve estar em circulação, fazendo política monetária expansionista ou contracionista mediante a quantidade e velocidade das trocas, em outros espaços não há um controle tão rígido com relação a quantidade de moeda circulando no grupo. Na maioria dos grupos observamos que a moeda é transacionada sempre com o lastro único da unidade de horas de trabalho social do grupo, devendo todos os custos incorridos no mercado solidário ou fora dele ser convertidos em horas de trabalho. Logo, em sua maioria, as experiências não tem a moeda local tampouco o dólar americano dando o lastro da moeda social, mas sim este lado real do trabalho.

Interessante observar que há grupos que abdicam até mesmo da moeda enquanto facilitadora das trocas, isto é, estes grupos apenas controlam suas trocas através de um acompanhamento contábil individual dos saldos, buscando sempre o equilíbrio entre oferta e demanda de cada membro.

Em relação aos preços, percebemos que sempre se busca um preço justo para o que é comercializado, é sempre debatido e explicado o porquê cada ofertante quer e cobra o preço em questão. Cada qual passa a entender melhor o processo de feitura de cada produto e a valorizar mais os serviços oferecidos nestes espaços, por exemplo. Também podemos considerar outras ponderações que surgem na hora da formulação do preço, a exemplo da Paris. “Os preços são determinados de acordo com a qualidade das relações, das afinidades psicológicas e sociais...” (Laacher, 1999).

O lastro em sua maioria é como o já abordado: uma hora de trabalho social utilizado para adquirir e/ou produzir o produto a ser ofertado determina o montante exato em unidades da moeda local. Todavia, há grupos que tem o alimento típico do país como lastro (um quilo de arroz e feijão ou trigo; caso do Chile) e ainda existem os que fazem uma engenharia de cálculo por hora com respaldo na Constituição do país referente (rubrica que garante a cada cidadão o atendimento às necessidades básicas).

Sob uma ótica mais técnica desta inovadora experiência econômica podemos fazer algumas ponderações. No entanto, é válido afirmar que há mais perguntas que respostas, pois trata-se de algo em processo, diverso e em fase de descobertas.

De fato, as experiências existentes são, em alguns casos, bem diferentes entre si, tanto em relação a homogeneidade de um grupo, a relação com a emissão de moeda e de seu lastro, aos tipos de produtos e serviços ofertados, a área em que o grupo se encontra, como em relação a importância da rede para os integrantes de grupos solidários.

Podemos constatar que pessoas antes excluídas do mercado convencional conseguem se firmar no mercado solidário, uma vez que neste local seu trabalho, conhecimento e aptidão são valorizados. Podemos afirmar que, de maneira geral, se faz distribuição de renda e riqueza e se trabalha a cidadania entre os membros.

Ao afirmarmos que a imposição de juros sobre o circulante é uma posição eminentemente política, com as moedas sociais e as trocas ela é descartada. Desta forma, de nada adianta acumular moeda, o seu lado de reserva de valor é descartado e as pessoas são encorajadas a circulá-las para que não

deflacionem o grupo, emprestando ou consumindo. Caso isto não ocorra poderia vir a inviabilizar ou afetar seriamente as trocas com intermediação das moedas sociais. Vale dizer que o controle do meio circulante poderia e faz empréstimos a seus membros. Já o contrário, isto é, se tivéssemos mais moeda em circulação comparando-se com a oferta menos importante seria o controle. Teria-se apenas que questionar uma outra vertente desta nova economia que se pretende enraizar: o consumo e a alienação do seu exagero. Deste modo, o dilema “consumo necessário & consumo desejado” está sempre sendo debatido e criticado. De qualquer forma não se verifica aumento dos preços com o ambiente inflacionário como mostra o beabá da economia.

Pretendi esboçar os diversos grupos de trocas solidárias que conheci e traçar algumas linhas gerais sobre como nós, economistas, devemos encarar isto. Vejo como um verdadeiro laboratório de relações econômicas refletindo diretamente em valores, regras e conceitos antes pouco questionáveis nesta ciência, assim como um indicador de uma revolução que está por vir.

Ruth Espínola Soriano é economista do PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul), diretora do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro e integra a atual coordenação da Rede de Trocas do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas:

Arruda, Marcos, ficha: *Cortando a Amarra Monetária*, junho/1999, Rio de Janeiro.

Bruno Pérez, Néstor; Morini Marrero, Sandra: *Los sistemas e trueque: Experiencias de Economía Solidária Social*. Ed Cirie, 1997, Espanha

Carta Brasil da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário: n.º 10, dez/1999, Rio de Janeiro.

Fiori, José Luis. Globalização, hegemonia e império”, in Tavares, Maria da Conceição & Fiori, José Luis (orgs.) *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*, Vozes, 1997. Petrópolis/RJ.

Laacher, Smaïn. *Critique De L'argent Et Morales Des Echanges - L'exemple des systèmes d'échange local*. Revue Les Temps Modernes, Agosto-setembro, n° 605, 1999. Paris, França.

Lopes, João de Carmos; Rossetti, José Paschoal: *Moeda e bancos – Uma introdução*. 2º edição. Ed. Atlas S. A., São Paulo.

Luiz Búrigo, Fábio. Artigo do Programa de Pós-Graduação Sociologia Política –: *Moeda Social e a Circulação das Riquezas a Economia Solidária*. Fevereiro/2001, Florianópolis, SC.

Primavera, Heloisa: *Microcrédito y moneda social: nueva posibilidad de generar riqueza*, dez/2000, Argentina.

Singer, Paul: *Clubes de trueques y economia Solidária*. Publicação do Nó Obelisco “Trueque”, dezembro/2000, Argentina.

Singer, Paul, Ricardo de Souza, André: *A Economia Solidária no Brasil, a autogestão como resposta ao desemprego*. 1º edição Editora Contexto. São Paulo/SP.

Informativos das páginas: www.redesolidaria.com.br, www.socioeco.org e www.ecomoney.net